

Jornal laboratório do curso de Jornalismo
da Universidade Católica de Pernambuco | Unicap

O BERRO

Eleições, o que tenho com isso?

Para muitos brasileiros, eleições significam aversão e descrença no discurso político. Nos últimos anos, o Brasil conseguiu mais acertos do que erros na política de modo geral, o que lhe garantiu uma posição de destaque no cenário internacional. O país atingiu índices positivos na economia, distribuição de renda e geração de empregos. Mas ainda tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e um sistema corrompido pelo cupim da democracia: a corrupção. Agora, é hora de procurar deixar de lado a descrença e fazer escolhas de maneira consciente. Nesta edição de **O Berro**, você ficará por dentro das principais questões sobre a reforma política e a crise dos partidos.

O Berro traz também reportagens sobre o histórico das eleições em Pernambuco e as estratégias de campanha eleitoral, além de dados relativos à participação feminina na política.

Eleitores apáticos

JULIANA RIBEIRO

Nos anos 1980, jovens vestiam camisetas com as inscrições “Diretas Já” ou “Quero votar para presidente”. No início dos anos 1990, um marco para história democrática do país: o protesto dos caras pintadas conseguia o “impeachment” do primeiro presidente da República eleito após o regime militar, Fernando Collor de Mello. Em 2002, os eleitores, movidos por um sentimento de esperança, se mobilizam mais uma vez, vestem a camisa e formam uma onda vermelha que toma conta das ruas e elege como presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT).

O que aconteceu com esse clima, com esse engajamento dos eleitores? Não apenas decaiu, como ficou inerte para com o sistema político a eles implantado. Os jovens estão se afastando da política, quando o que mais se espera é que eles se imponham enquanto cidadãos de direito. Mas será falta de interesse, de credibilidade ou medo da opressão?

A estudante de jornalismo Mariana Silveira, 22, afirma que não é desinteresse e sim desesperança pela forma que o termo “política” vem sendo associado à corrupção. “Infelizmente, essa é a realidade não só do Brasil, como também do mundo”. E entende que a culpa é da própria sociedade, que elege políticos desonestos, e da falta de informação de parte dos eleitores, levando o sistema político ao descrédito.

O professor de Políticas Internacionais e assessor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Thales Castro, diz que o alto índice de abstenção e de votos nulos das últimas eleições revelam, em parte, um certo “descompromisso” dos jovens desencadeando essa apatia eleitoral e que os fatores

são a possibilidade de mau funcionamento do sistema, inexistência de veracidade no discurso político, como também a crença de que a mudança da máquina de corrupção não está dentro da realidade do povo.

“Estamos em ano de eleição e, enquanto os partidos planejam suas táticas e promessas para conseguir votos, ficamos atribulados com tantos panfletos, outdoors, campanhas publicitárias, carros de som, comícios, que chegam até a ludibriar. Mas a obrigatoriedade do voto não nos deixa cair em tentação”, ressalta Castro. “Acho um absurdo existir uma legislação para que o voto seja obrigatório, e que ainda haja punição para quem não

vota. Todo cidadão deveria ter a consciência da importância do seu voto, da importância da sua voz na sociedade sem precisar que o Estado determine isso”, acrescenta Mariana Silveira.

Mesmo se considerando apolítica por não ser partidária, Mariana vai às urnas, mas antes procura saber do histórico dos candidatos, se são fichas limpas, e os acompanha pelas redes sociais para que possa ter o mínimo de informação na hora de votar. “Existe uma alienação por parte da população que se acomoda na falta de instrução e nas informações que recebem de forma passiva. O poder está no povo, na informação que ele tem e na forma como se utiliza dessa informação” finaliza a estudante.

A apatia do eleitorado só facilita a eleição de políticos sem compromisso com o país. Existe muita gente desinformada, gente que não sabe, nem procura saber, a história dos candidatos nem acompanha a atuação deles depois de eleitos. Essa prática só contribui para um sistema político fraco e favorece os maus políticos.

Obrigaçã brasileira



Foto: Tatiana Meirelles

CIDADANIA
Eleitor faz questão de mostrar seu título

TATIANA MEIRELLES

“A política do país me envergonha, mas ainda tenho a consciência de que devo escolher o melhor para mim. Se o meu candidato não vencer, não tem problema. Sei que fiz a minha parte. Se ele ganhar a eleição e não fizer o que acho certo, não repito o voto da próxima vez”. Essa é a opinião do aposentado de 78 anos Geraldo Maranhão, que não tem mais obrigação de votar pela idade avançada, mas mesmo assim faz questão de exercer o direito de escolha de seu candidato ao poder.

Existe uma concessão no Brasil que determina a obrigatoriedade do voto aos maiores de 18 anos, legitimamente elaborada e promulgada de acordo com o Artigo 14 da Constituição Federal e com o Artigo sexto do Código Eleitoral. O voto, segundo os artigos, consta como uma obrigação dos brasileiros.

Mas existe uma gama de cidadãos a quem o ato de votar não se faz obrigatório por força legal, são eles: os analfabetos, os maiores de 70 anos e os jovens entre 16 e 17 anos.

Caso algum cidadão que não se encaixe no padrão de voto facultativo não votar, deverá justificar sua ausência por meio de um formulário que pode ser obtido gratuitamente nos

cartórios eleitorais. Esse formulário deve ser preenchido e entregue no dia da votação, junto com o título de eleitor e um documento com foto. Caso contrário, o cidadão pagará uma multa de três reais.

Doutor em ciência política, Arthur Leandro Alves da Silva defende o voto não obrigatório. “Como cidadão, sou contrário, pois não creio que a presença compulsória na urna melhore a qualidade do voto”, afirma.

Pesquisas sobre o comportamento do eleitor brasileiro desenvolvidas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e a Pesquisa Social Brasileira (PESB) demonstram que o povo brasileiro gosta de votar. O número de quem vota em branco ou nulo é pouco expressivo (não passou de 7% do total de eleitores em 2010), e vem reduzindo a uma proporção de 10% a cada eleição. Silva completa dizendo que muitos analistas acreditam que o povo vota nulo, em branco, ou ainda não comparecem ao local de votação como expressão de uma insatisfação sem fundamentos. Ou seja, apesar da imposição, a maioria ainda vota como direito e não como dever. A importância dessa questão acaba sendo muito mais sublinhada por analistas políticos e formadores de opinião que exatamente por eleitores e agentes políticos.

EXPEDIENTE

O BERRO

O BERRO é uma publicação da Disciplina Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco.

Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista - Recife-PE 50.050-900
CNPJ 10.847.721/0001-95 Fone: (081) 2119.4000
Fax: 81 2119.4222 | site: www.unicap.br/oberro

Coordenador do Curso de Jornalismo
Juliano Domingues

Professor Orientador
Fabiola Mendonça

Subeditores
Leandro Magalhães
Lorena Tabosa

Repórteres
Alessandra Nogueira
Bárbara Dourado
Carol Brito
Débora Pereira
Eduarda Bione
Fabiola Moura
Julia Maia
Juliana Ribeiro
Leandro Magalhães
Lorena Tabosa
Luciana Marinho
Luiza Maria Tiné

Maria Paula Resende
Mariana Dias
Tatiana Meirelles

Revisão
Fernando Castim

Diagramação
Flávio Santos

Impressão
FASA

Baixe a versão digital de O Berro.



1. Abra o leitor QR Code em seu celular; 2. Foque o código com a câmera; 3. Clique em Ler Código para acessar os conteúdos. Caso não tenha o leitor no seu celular, baixe em: <http://getreader.com/>

Reforma política pode sair do papel

MARIA PAULA RESENDE

A atual proposta de Reforma Política, elaborada em meados de 2008, será, enfim, votada este ano. A proposta reflete a insatisfação e as falhas do atual sistema político brasileiro, que, em 1993, já havia passado por um plebiscito, para reformular alguns pontos.

Um dos focos principais é o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. O projeto versa, ainda, sobre pontos como voto em listas partidárias fechadas, fim das coligações para eleições proporcionais (deputados e vereadores), candidatura dos chamados “ficha suja”, entre outros pontos.

O principal argumento dos que defendem ferrenhamente a reforma é de que ela combate as restrições que fortalecem a perpetuação do

poder oligárquico, que privilegia os partidos mais fortes. A proposta já passou pelo Senado, onde foi encerrada sem que nenhum relatório fosse aprovado. A matéria está há um ano na pauta da Câmara dos Deputados, mas até agora não entrou em votação. A falta de interesse dos parlamentares em votar o projeto é para que as regras não entrem em vigor nas eleições deste ano.

Entre os estudiosos no assunto, o clima é de desconfiança. Ernani Carvalho, cientista político e professor da UFPE, acredita que a reforma, se acontecer, será mínima. “Acho difícil os políticos aprovarem todas essas mudanças, porque isso gera maior instabilidade no poder deles”, aponta. Segundo professor, o financiamento público de campanha, que em tese acabaria com o famoso

caixa dois, é um dos critérios mais cotados de ser aprovado, porque não atinge negativamente a classe política, já que o dinheiro usado nas campanhas será da União.

Sobre a questão de que a redução do número de partidos pode comprometer o sistema democrático, Ernani é taxativo: “Na ciência política, a gente costuma associar o número elevado de partidos a um cenário fragmentado. Por outro lado, uma redução desse número traria mais identificação, gerando maior governabilidade”.

Túlio Velho Barreto, cientista político e pesquisador da Fundaj, afirma que “não existe um modelo perfeito, mas é preciso buscar sempre aperfeiçoá-lo. Também não adianta propor uma coisa muito ampla, é preciso selecionar pontos essenciais”. Quanto à obrigatoriedade do voto, Ve-

PONTOS DA PROPOSTA

- :: Financiamento público exclusivo das campanhas;
- :: Fim do uso do quociente eleitoral;
- :: Apenas um voto para deputado, podendo optar por um nome ou um partido;
- :: Fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais;
- :: Fidelidade partidária;
- :: Apenas um suplente por senador.

lho Barreto defende que “só se aprende o valor do voto na prática” e, se a obrigatoriedade for um fator determinante para isso, que seja mantida. “O constrangimento legal vai moldando o comportamento das pessoas”, justifica.

Em sua última versão, o relator da reforma na Câmara, deputado Henrique Fon-

tana (PT-SP), defendeu a realização de um referendo, em 2013, para que a população decida se aceita o modelo de financiamento e o sistema eleitoral aprovados pelo Congresso. “Poderíamos criar mais mecanismos que possibilitassem uma participação mais direta da população”, encerra Túlio Velho Barreto.

A crise dos partidos políticos

CAROL BRITO

Após o tradicional “P” ou mesmo prescindindo dele, muitas letras compõem a identidade dos partidos políticos do Brasil. O que elas representam, na verdade, são as diversas bandeiras políticas levantadas pelas siglas que vão desde o liberal até o social democrata. Contudo, o que acontece na prática é que a maioria dos brasileiros sequer sabe o que elas simbolizam. Em paralelo, o sistema partidário brasileiro cresce cada vez mais e hoje conta com 29 legendas. Somente no ano passado, duas novas siglas foram criadas: o Partido da Pátria Livre (PPL) e o Partido Social Democrata (PSD). Além disso, cerca de 30 outras agremiações tentam cumprir os requisitos legais para serem criadas.

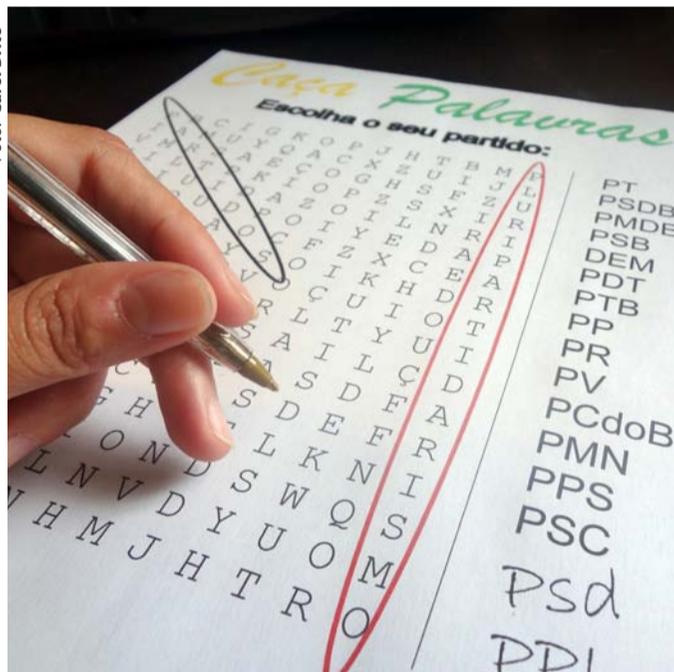
Apesar do alto número de agremiações, os brasileiros olham cada vez menos os partidos como forma de engajamento. Segundo pesquisa do Instituto DataFolha, 59% dos jovens entre 18 e 24 anos não têm pre-

ferência partidária. O número preocupa, pois a faixa em questão representa a tendência do eleitorado futura brasileiro.

Um desses casos é a estudante Carol Andrade, de 21 anos. Para ela, os jovens estão desmotivados com a política e procuram outros meios para se engajar. “A população olha para a política com descrença de uma forma geral. Quem faz os partidos são os políticos e a maioria das notícias é sobre corrupção”, opina.

A tarefa de dar vida a uma nova legenda não é difícil. A principal exigência da legislação atual é a obtenção de assinaturas de pelo menos 0,5% dos votos válidos para o Congresso Nacional, referente à última eleição. Já questões da vida orgânica do partido são definidas pelo próprio estatuto da legenda.

O resultado, segundo o cientista político Túlio Velho Barreto, é que os partidos perdem a representatividade. “No Brasil, é relativamente fácil criar um partido político e eles acabam virando legendas



QUEBRA CABEÇA Críticas colocam sistema partidário em xeque

cartoriais, sem representação. Eles acabam personalizados e identificados com os seus donos”, pontua, referindo-se aos caciques dos partidos.

Os problemas enfrentados pelos partidos são admitidos também pelos políticos. O ex-governador Gustavo Krause (DEM) faz uma autocrítica a sua sigla ao avaliar que as legendas não assumem

suas bandeiras e perdem a identificação com o eleitorado. “Qual a bandeira do DEM? O liberalismo. Nossa bandeira não aparece. Mas esse problema também é enfrentado por outras legendas, como PT, PSDB, PMDB. Nenhum partido assume as suas bandeiras”, assevera.

A fragmentação do sistema partidário também con-

tribui para a massificação de vícios do quadro político brasileiro. Dentro de um sistema marcado pela fragilidade partidária e personificação do voto, surgem legendas sem compromisso com suas propostas. São as chamadas legendas de aluguel. A denominação se refere a siglas com poucos filiados, baixa representatividade e com o objetivo de atender apenas os interesses políticos e pessoais dos seus dirigentes.

O presidente municipal do PCdoB, Luciano Siqueira, reclama que a generalização dos partidos afeta a imagem das legendas tradicionais. “Na prática elas não nos sujam porque a população que conhece os partidos sabe distinguir. Mas atrapalha porque a mídia nos trata como se fôssemos iguais”, queixou-se.

Diante dessas falhas, a mudança das regras eleitorais vira opção. “Mas é preciso tomar cuidado para não acabar com as siglas pequenas, mas tradicionais”, destaca Túlio Velho Barreto.

Caras pintadas já fizeram a diferença na política

BÁRBARA DOURADO

Os movimentos sociais são ações realizadas por grupos que vivem em uma mesma situação política, com um objetivo em comum: realizar algumas mudanças na sociedade. Quando esses movimentos ocupam as ruas e defendem suas bandeiras, podem fazer a diferença, como já fizeram, na vida política do país.

“Os movimentos estudantis começaram em defesa do interesse da sociedade, da pátria, da economia. Os jovens criticavam e criticam, com razão, o sistema democrático brasileiro, por causa do comportamento das pessoas que estão no poder. A política de hoje não pode ser exemplo edificante na juventude”, comenta o vereador Liberato Costa Júnior, com mais de 40 anos de mandato na Câmara do Recife. No início, os envolvidos nesta luta eram, em sua maioria, burgueses, que frequentavam a universidade.

Segundo o cientista político Michel Zaidan, 1968 foi um ano divisor de águas. “A partir de maio de 1968, a agenda ficou focada no co-



CARAS PINTADAS População foi às ruas pedir o “impeachment” de Collor

tidiano, na micropolítica, no desejo, nas relações amorosas, por exemplo”, explica, para completar: “O movimento estudantil tem sido uma excelente escola para a cidadania, a participação social e a política”.

Uma curiosidade é que muitos líderes políticos atuais e até empresários começaram sua atividade política no movimento estudantil, como a atual presidenta da República, Dilma Rousseff.

Um dos momentos mais conhecidos na história do país foi quando, em 1992, estudantes e vários outros setores da sociedade saíram às ruas com as cores da bandeira no

rostro, em passeata pelo impeachment do então Fernando Collor de Mello.

Hoje, a forma de protestar pelos direitos não mudou muito, apesar da grande força das mídias sociais e da internet. No início do ano, no Recife, com o aumento do valor das passagens dos ônibus, centenas de estudantes saíram às ruas e pararam o trânsito das principais avenidas da cidade para pedir mudança. “A gente precisa lutar pelo que acredita”, defende a estudante Larissa Carvalho. A cada ano, mais jovens se interessam pela luta. Com as caras pintadas, bandeiras, ou até sem nada, eles buscam fazer a diferença.

Ela faz toda a diferença

FABÍOLA MOURA

A eleição de Dilma Rousseff ressalta o papel da mulher na política, antes reservado, na maioria dos casos, apenas para a condição de primeira dama. Muitos não sabem, mas a primeira dama pode ter um papel decisivo numa disputa eleitoral, desmistificando o ditado de que “por trás de um grande homem, existe uma grande mulher”, no sentido de colocar a mulher na condição de invisível diante do marido. Ao contrário do que se prega, o lugar da esposa é lado do governador ou prefeito, não só do marido.

Nos últimos anos, a imagem da primeira dama deixou de ser algo meramente de co-



PRIMEIRA DAMA O papel delas vai além das colunas sociais

luna social para tomar lugar também na política. Michelle Obama é um exemplo, pois teve papel fundamental na eleição de Barack Obama.

Para a publicitária especializada em marketing político Lele Carvalho, o ideal é que hoje a mulher tenha um papel mais atuante. “Claro que a pri-

meira dama tem que acompanhar o marido nos eventos, mas também deve ter uma postura mais política”, afirma. Em Pernambuco, Renata Campos, primeira-dama do Estado, por exemplo, é coordenadora do Programa Mãe Coruja, que visa a diminuir as mortalidades materna e infantil.

Lei de Cotas na busca pela igualdade de tratamento

DÉBORA PEREIRA

Ao longo de décadas, a mulher vem ocupando espaço na história, mostrando interesse, força e importância, e buscando participar da vida pública do país, através de ações capazes de quebrar barreiras. Esse impacto gerou novas reflexões e posturas. O pensamento machista que predominava passou a dividir espaço com o pensamento de igualdade e a valorização feminina. Essas progressivas mudanças, aliadas ao surgimento de políticas públicas, contribuíram para a transformação da posição da mulher na sociedade.

A elaboração da atual Constituição foi fundamental para mais uma aquisição feminina. Além de conquistarem direitos legais, através das reivindicações, obtiveram a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional, delegacias da mulher, mais espaços nos partidos e sindicatos e a criação da Lei de Cotas. Porém, esses reconhecimentos ainda não foram suficientes para manter um equilíbrio entre homens e mulheres no poder.

A criação da Lei nº 9.504, conhecida como Lei de Cotas, surgiu como resultado da participação do país na Conferência Mundial da Mulher, realizada na China, em 1995. Nesse mesmo ano, a Lei foi aprovada no Brasil, mas só foi aplicada nas eleições de 1996. De acordo com o parágrafo 3º do Artigo 10º da Lei, cada partido deverá inscrever no mínimo 30% e no máximo 70% de candidatos de cada sexo, dando apoio financeiro e espaço no programa eleitoral gratuito para o sexo de menor representação na disputa, no caso, o sexo feminino.

Para a presidente do Diretório Municipal do Democratas no Recife e vereadora em seu segundo mandato - obte-

ve 10.270 votos nas eleições de 2010 -, Priscila Krause, 33 anos, a política sempre foi pensada por homens e para homens. “A presença da mulher na política significa a quebra de paradigmas e a reconstrução de conceitos. Sendo assim, a Lei de Cotas não pode ser considerada um fim, mas um meio de se ocupar espaço e obter uma maior participação”, afirma.

Segundo um levantamento realizado pelo site Mais Mulheres no Poder, o total de mulheres eleitas para os cargos em disputa nas eleições 2010 foi de 193, sendo uma presidenta, duas governadoras, oito senadoras, 45 deputadas federais, quatro deputadas distritais e 133 deputadas estaduais, correspondendo a 11,66% dos 1.655 cargos em disputa. Já de acordo com a União Interparlamentar, o Brasil ocupa a posição 141º em um ranking que avalia a presença das mulheres nos parlamentos de 188 países.

Eleita com 105.253 votos em 2010, a deputada federal Luciana Santos, 46, acredita que toda desigualdade precisa de política afirmativa para ser enfrentada. “A mulher tem pouco poder de decisão, tanto na esfera pública como na esfera privada, devido ao preconceito. Entretanto, mulheres ocupando cargos importantes como Dilma Rousseff criam um ambiente de perspectiva de que é possível chegar ao espaço político”, analisa.



LÍDER Priscila é um dos destaques femininos na Câmara do Recife

Violência nas eleições no interior

LUIZA MARIA TINÉ

Se nas grandes cidades as eleições são marcadas pelo acirramento, nos municípios do interior, a violência é que dá o mote na disputa pelo poder. Essa característica já faz parte da rotina dessas regiões, uma vez que ocorre desde muitos anos. O envolvimento dos candidatos e populares nas campanhas é tanto, que às vezes chegam até a tirar vidas. Ameaças, represálias e atentados aumentam a cada nova eleição.

Essas brigas tiveram início há mais de um século, quando predominava o chamado Coronelismo. Esse tipo de governo foi marcado pela supremacia dos coronéis, que eram temidos e respeitados nos municípios nos quais detinham o poder político. O Coronelismo foi uma grande manifestação de proprietários rurais que se apropriaram do poder público em benefício privado.

O período eleitoral no interior de Pernambuco é intenso e movimentado. Na briga pelo poder, e até mesmo pelo dinheiro, entram as famílias que acabam sendo personagens de disputas as quais acabam até em morte. Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, em cidades como Água



MUDANÇA Vandeck acredita que crime organizado está migrando para a política

Preta, Catende, Xexéu, Joaquim Nabuco e Aliança, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) chega a reforçar o policiamento durante as campanhas. Em anos passados, essa região chegou a ser denominada como Zona de Exclusão, por conta da violência em períodos eleitorais.

O advogado Jackson Carvalho trabalhou por quatro meses na Prefeitura de Catende e, ao longo desse tempo, presenciou a rivalidade entre dois candidatos. “Lá os políticos são inimigos mortais.

As famílias se envolvem, um manda matar o outro. Dessa forma, acaba virando um círculo vicioso”, comenta. Ele afirma que essas brigas acontecem entre os concorrentes que dispõem de mais dinheiro para pôr os planos de vingança em prática. “Eles não se atingem diretamente, procuram sempre uma maneira de intimidar. É aquele exemplo: não faço nada com você, mas alguém da sua família vai pagar”, complementa o advogado.

Volta e meia, um caso de atentado a

algun candidato é registrado. Em Águas Belas, o prefeito Genivaldo Menezes (PT) já escapou da morte por duas vezes. Em 2003, teve a sua residência metralhada. Antes disso, em setembro de 2011, a casa do petista quase foi incendiada.

A Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) chegou a acionar o governo do Estado para conter essa violência. O pedido foi feito em 2008 através de um ofício encaminhado ao governador Eduardo Campos para solicitar que providências fossem tomadas sobre os casos de ameaças e atentados contra políticos no interior do Estado. Nesse mesmo ano, no período eleitoral, foram registradas ocorrências em Cabrobó, onde um vereador foi morto, Tupanatinga, Itapetim e Paulista.

Para o jornalista Vandeck Santiago, que foi setorista de Política do Diário de Pernambuco, a violência nas eleições diminuiu na intensidade e mudou de perfil, apesar de não ter sido totalmente extinta. Para ele, está surgindo uma nova realidade, na qual o crime organizado está migrando para a política. “Isso é problema com que a sociedade deveria realmente se preocupar e tentar conter antes que se torne algo grande demais”, afirma.

Um desrespeito ao voto e ao eleitor

LEANDRO MAGALHÃES

Em todo ano de eleição, o fenômeno de migração de cargo público toma conta da esfera política em todo o país. O abandono da função acontece quando um político deixa o mandato que exerce para concorrer a outro. Para quem ocupa cargos no Poder Executivo, como ministro, governador, prefeito ou secretário, a lei determina que renuncie ao cargo antes da disputa eleitoral. Já os que atuam na função de legislador, como senador, deputado (federal ou estadual) e vereador, podem ou não pedir licença do mandato.

Nas eleições de 2008, dos 513 deputados federais, 98 concorreram a cargos de prefeitos ou de vice-prefeitos. Dezoito deles conseguiram vencer as eleições, o que correspondeu a uma renovação de 18% da Câmara Federal com a chegada dos suplentes. Para as eleições deste ano, a quantidade de parlamentares que almejam sair do legislativo para o executivo municipal já

chega a 130, número que ainda deve aumentar.

PERNAMBUCO

Dos 25 deputados federais pernambucanos, pelo menos seis nomes já foram ventilados para disputar as eleições municipais de 2012. Na Assembleia Legislativa, o fenômeno da migração também é grande. Dos 49 parlamentares, até o fechamento

desta edição, havia 16 dispostos a lançar a pré-candidatura. Caso esses postulantes sejam eleitos prefeitos, as vagas ociosas podem ser ocupadas pelo suplente da coligação ou do partido, decisão questionada por eleitores e estudiosos. “Votar em

alguém é uma prova de confiança, de esperança da população para resolver algum problema. Se a pessoa larga o trabalho, significa virar as costas para quem a colocou lá”, diz a dona de casa Marlene Souza, 53 anos”.

Para o professor de ciência política da Faculdade Maurício de Nassau Adriano Oliveira, essa migração de

cargos é constitucional, porém reflete um legislativo enfraquecido. “Diante de um poder sem expressividade, muitos optam por conquistar votos em prefeituras, porque podem criar obras, contratar empresas, ou seja, ter prestígio com a sociedade”. Já o também professor de ciência política da UFPE, Hely Ferreira, defende que isso é motivado pelo próprio sistema político vigente no Brasil.

“A nossa legislação é flexível com o Legislativo. Em outros países, há a cultura do respeito e do contrato com o eleitor. O nosso regime presidencialista também favorece essas situações. Regime, que, por sinal, só sobrevive em um único país desenvolvido, os Estados Unidos. No parlamentarismo, o não cumprimento da promessa ocasiona a queda de todo o gabinete governamental, convocando-se outra eleição. Aqui, temos que esperar por uma reforma política que sequer cita esse fato. A nossa reforma é igual ao Senado romano, onde os temas mais comprometedores eram jogados para o povo. Ou seja, se há políticos sem compromissos foi porque o povo elegeu”, comenta Ferreira.

Saída de parlamentares pode representar quase um terço de renovação na ALEPE

São 16 parlamentares que irão concorrer:

PSDB

Daniel Coelho :: Edson Vieira
Carlos Santana :: Betinho Gomes

PSB

Izaías Régis :: Fernando Coutinho
Sérvio Costa Filho :: Laura Gomes

PT

Sérgio Leite :: Odacy Amorim

PSC

Cleiton Collins

PTC

Ricardo Costa

PR

Sebastião Oliveira

PMN

Ramos

PSD

Rodrigo Novaes

PRP

Rildo Braz

Eleição no paraíso foge do padrão

LUCIANA MARINHO

Em 1988, com a nova Constituição Brasileira, o Pernambuco reconquistava um dos mais belos pedaços de terra do mundo, Fernando de Noronha. O arquipélago, que fica localizado a 545 km de distância do Recife, é o único Distrito Estadual brasileiro. Sendo assim, a ilha possui características próprias até no processo eleitoral.

Em Fernando de Noronha não existem eleições municipais. A ilha é administrada diretamente pela esfera estadual. Os eleitores noronhenses votam de quatro em quatro anos, no mesmo período das eleições para presidente, senador, deputados federal e estadual, governador, quando elegem os conselheiros distritais.

O governador eleito indica o administrador, responsável por gerenciar a ilha. Um dado diferenciado nas eleições em Noronha é que o voto não é obrigatório. Porém é grande a responsabilidade do eleitor, já que serão eleitos os sete conselheiros que ficarão responsáveis por representar os interesses da comunidade e fiscalizar as ações da administração nos quatro anos seguintes à eleição.

O Conselho Distrital pode ser comparado a uma câmara de vereadores, mas o órgão segue a Lei Orgânica do Distrito, a Lei 11.304/95. É composto por uma mesa diretora e quatro comissões - Justiça e Desenvolvimento Social; Administração, Finança e Orçamento; Meio Ambiente, Educação e Saúde e Cultura, Esporte e Lazer.

Assim como acontece com todo o processo eleitoral de Pernambuco, as eleições do Conselho Distrital são realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Apesar do caráter não obrigatório, os candidatos entregam fazem

uma campanha igual a qualquer outra eleição, utilizando-se de um vasto material de propaganda, como panfletos, guia eleitoral e participam de debates na rádio e TV.

HISTÓRIA

Entre 1737 e 1938, Fernando de Noronha era um presídio comum. O poder estava concentrado nas mãos do diretor e seus subordinados. Foi também um presídio político oficial, entre 1938 e 1942, no regime ditatorial. Os presos eram militares, comunistas, integralistas e aliancistas, condenados como subversivos.

Em 1942 criou-se o Território Federal Militar, conduzido pelo Exército e, ao mesmo tempo, implantou-se o Destacamento Misto da 2ª Guerra Mundial. E o poder foi mais uma vez centralizado na figura do governador militar, que tinha plenos poderes, inclusive de prender



Foto: Luciana Marinho

ILHA O voto não é obrigatório nas eleições do Conselho Distrital

aqueles que cometessem qualquer desatino.

Em 1981, assumiu o poder o Ministério da Aeronáutica. Em 1986, o comando passou para o EMFA (Estado Maior das Forças Armadas) e, entre 1987 e a 1ª metade de 1988, o Território passou para o Minter (Ministério do Interior), recebendo então seu primeiro governador civil, que criou, pela primeira vez, um órgão de fiscalização, a Assembleia Popular Noronhense.

Em 1988, com a nova

Constituição Brasileira, Fernando de Noronha foi reintegrada a Pernambuco. Em 5 de outubro do mesmo ano, Miguel Arraes tomou posse do arquipélago, indicando como primeiro administrador o secretário de Planejamento Cláudio Marinho. Segundo a historiadora Marieta Borges, foi a partir daí que a comunidade noronhense passou a ter voz. “O governo permitiu o acesso de qualquer morador às atividades comerciais”, afirmou.

Votar em outro país é exercer a cidadania

MARIANA DIAS

Viver no exterior pode ser algo emocionante. Conhecer novas pessoas, aprender um idioma diferente, e o mais interessante: vivenciar uma nova cultura. Algumas vezes, morar por muito tempo em outro país faz com que alguns costumes acabem sendo deixados de lado, ou se tornem mais fortes. O desafio deve ser conseguir manter e exercer sua cidadania mesmo que esteja distante da “pátria amada Brasil”. Como pode ser o caso das eleições.

Uma pesquisa feita, no ano de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), junto ao Ministério das Relações Exteriores, estima que a comunidade brasileira no exterior seja de mais de 500 mil pessoas, residentes em 193 países diferentes. Sendo os quatro mais visitados Estados Unidos da América (EUA), Japão, Portugal e Espanha. O Censo

2010 revela que os dez países europeus mais visitados são Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, Irlanda, Bélgica e Holanda, formando um total de 49%, mais que o dobro dos destinados aos EUA.

No Brasil o povo sai às ruas, no dia 6 de outubro, para eleger prefeitos e vereadores. Para quem possui domicílio eleitoral no exterior o voto é exigido apenas nas eleições para presidente da República, como determina o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso o eleitor não possa votar, acontece como no Brasil: tem que justificar a falta por requerimento dirigido ao juiz da Zona Eleitoral do Exterior. Além de procurar um dos pontos de votação, representação diplomática do país no exterior, o eleitor deve estar munido de título de eleitor e passaporte.

ELEITORES

Sem precisar sair de casa,

o jesuíta pernambucano residente na França, Creomenes Maciel, 35, acompanha todas as campanhas eleitorais pela internet. Acessar as redes sociais e poder participar das eleições do país é uma forma eficaz de exercer a cidadania. O jesuíta, formado em Direito, mora há quatro anos na Cidade Luz e já participou das eleições para presidente da República. Para Maciel o motivo por que votar é simples: “tenho consciência de que, através do voto, posso participar ativamente,

“Através do voto podemos participar da vida pública do nosso país” - Creomenes Maciel, jesuíta pernambucano que mora na França

de um modo privilegiado, da vida pública do nosso país. Eu sou um ator social e corresponsável pelo meu país”.

Para a maioria dos elei-

tores que vive, ou viveu, no exterior e costuma votar, a sensação de não poder participar das eleições para cargos direcionados ao estado ao qual pertence é um pouco frustrante. Segundo o religioso pernambucano, o sentido é de ser “privado de uma oportunidade ímpar de participar, de uma forma democrática,

da construção e do desenvolvimento do meu estado e da minha cidade, mesmo se eu estou temporariamente afastado”.

Os casos são diversos.

Para os turismólogos Kamila Bulzing, Davi Telles e Blenda Madureira, o voto já não é tão importante assim. Eles estão há dez anos na Espa-

na, devido a um intercâmbio estudantil, não votaram, nem justificaram a ausência. Bulzing conta que não é “à favor do voto obrigatório e acredito que todos os que viajaram comigo tiveram essa mesma postura. Talvez pelo fato de termos ido muito jovens e não tínhamos sequer votado quando ainda morávamos no Brasil”. O cientista político e especialista na análise do comportamento do eleitor, Roberto Santos, concorda com o depoimento da eleitora, e acredita que “é necessário que haja uma forte política de instrução aos eleitores que vivem no exterior, já que eles também são Brasil”.

Já para socióloga Sara Freire, com residência na Alemanha há cinco anos e meio, a razão de não votar é a dificuldade em realizar a transferência definitiva do título. Mesmo assim, ela acompanha as campanhas eleitorais, pelo Youtube e outras redes sociais.

Propaganda é a alma do negócio

LORENA TABOSA

Panfletos, cartazes, jingles e camisetas com rostos e números de candidatos. Essas são algumas das opções de abordagem da propaganda eleitoral no Brasil. Desde os anos 1980, quando a questão da eleição de representantes políticos se tornou mais latente no país, a exemplo do movimento das Diretas Já, a propaganda brasileira se aperfeiçoou. Mas, apesar da variedade, o objetivo é sempre o mesmo para qualquer tipo de publicidade: vender algo. Nesse caso, a imagem do candidato é vendida aos cidadãos, especialmente àqueles que são eleitores apartidários, maior parcela do eleitorado brasileiro, e que podem ser mais facilmente seduzidos.

A história das eleições no país remonta há quase cinco séculos e, por muito tempo, uma das mais importantes condições para ser candidato era ser um cristão fervoroso rico. Hoje, o segredo é ter carisma e bons publicitários trabalhando na campanha. Mas, por se tratar de uma prática recente em termos de larga utilização, ainda estão sendo estabelecidas as regras e limites para a publicidade em



PALHAÇO Tiririca apostou na piada

torno do processo eleitoral.

Em 2009, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou novas diretrizes para a propaganda utilizada em eleições. Com a popularização da internet, o temor era de que a web se tornasse uma terra livre a todos os candidatos, em um bombardeio de informações pela briga por votos. Agora, ficou proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, e quem quer que se

manifeste sobre campanhas e candidatos deve fazê-lo sem anonimato, para assegurar o direito de resposta.

Outra regra estabelecida pelo TSE é de que não se pode degradar ou ridicularizar o candidato, partido político ou coligação. Entretanto, esses recursos são amplamente utilizados contra os adversários - como foi o caso do deputado federal Tiririca -, como forma de ganhar uma eleição.

Os critérios que definem uma campanha eleitoral são bastante subjetivos. Eles são elaborados de acordo com o perfil de cada candidato. O cientista político Antonio Lavareda, especialista em marketing político, já acompanhou mais de 90 campanhas eleitorais e diz que eleição não está relacionada a ideologias, e sim ao desempenho dos candidatos. Para incrementar esse desempenho, Lavareda estabelece, em seu livro *Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais*, as pesquisas quantitativas e qualitativas como um grande aliado. “Através de pesquisas, é possível identificar os anseios, a percepção e o humor da população em relação aos candidatos que se apresentam”.

Quando questionado se existe

uma chave para ganhar uma eleição através da propaganda, Lavareda diz que é contar com um bom estrategista. “A estratégia das batalhas eleitorais requer mensagens cuidadosamente elaboradas, com doses adequadas de razão e emoção”, afirma. Mas deixa claro: “As campanhas brasileiras precisam melhorar, tornarem-se mais informativas e menos espetaculares”.

Para a psicóloga Nora Barbosa, especialista em gestão de pessoas, o eleitor tende a votar com base na performance do governo e desempenho anterior dos candidatos. “É como um mecanismo de defesa. Acreditamos que não estamos sendo manipulados ou incitados a votar em determinado candidato, porque estaríamos ‘analisando’ o passado daquele político. Estaríamos no controle”, aponta. Ela lembra ainda que, com a veiculação de propaganda partidária nas emissoras de televisão, o candidato se personifica dentro dos lares dos cidadãos. “Esse fenômeno, de certa forma, desvaloriza as ideias e valoriza as personas criadas e as aparências. O candidato passa a ser avaliado mais pelo que parece ser do que pelo que diz”, comenta.

Candidatos investem nas redes sociais

JULIA MAIA

O acervo de ferramentas dos candidatos e partidos na tentativa de vencer as batalhas eleitorais ganhou um reforço rápido e eficiente: as redes sociais. Com o boom da internet, cultivou-se um terreno fértil para os elegíveis conquistarem votos, por meio da divulgação de propostas, postagem de ações e diálogo praticamente em tempo real com os eleitores. Dentre as plataformas virtuais preferidas, estão os blogs, Facebook, Twitter, Flickr, Youtube, Orkut e MySpace.

Tais alternativas despertaram a atenção dos políticos depois do sucesso da campanha presidencial de Barack Obama para as eleições americanas em 2008. Dentro da estratégia, ele utilizou amplamente as mídias sociais, transformou a forma de alcançar os cidadãos e arrecadar fundos. Eram 120 mil seguidores no Twitter, com atualizações diárias, 1.800 vídeos postados no Youtube através de perfil próprio, 2,3 milhões de membros em um grupo no Facebook. E o concorrente? Jonh McCain possuía pouco mais de 5 mil seguidores no Twitter, cerca de 330 vídeos postados no Youtube, e não

estava inscrito no Flickr e Facebook.

Na opinião do doutor em ciência política Adriano Oliveira, as redes sociais vêm-se firmando como mecanismo para difundir e formar opinião, mas não garantem vitórias. “Ingressar nelas não implica sucesso nas urnas. Contribui, pois é possível atingir os mais diversos eleitores. Os candidatos que estão fora perdem a oportunidade de alcançá-los”. No Brasil, segundo ele, é cada vez maior o número de políticos adotando as ferramentas, porém de forma inadequada. “Falam da vida pessoal, não atualizam corriqueiramente e tratam os internautas como meros espectadores”.

O deputado federal Roberto Teixeira (PP/PE) percebeu a força da web durante as eleições de 2010. “Criei três perfis em comunidades virtuais, site e os mantenho até hoje. Posto minha atuação parlamentar, fotos e notícias de programas do governo federal que apoio, para manter o eleitorado informado. Recebo sugestões e muitas vezes as tomo como base para projetos”, revela.

Não foi só a forma de se fazer campanha que mudou. O comportamento de considerável parcela dos eleitores também. A popularização das mídias es-

timula a pesquisa daqueles que eram dispersos em relação à política, motivados pelo uso do computador e instigados pelo prazer da investigação. Agora não se contentam mais com sites oficiais, em que são publicadas apenas informações positivas sobre os candidatos. As pessoas procuram saber a trajetória e notícias, envolvendo os elegíveis, discutem, criticam e esperam ser ouvidos.

“A internet é o instrumento mais completo e ágil da globalização. Atinge todas as classes, inclusive nas comunidades periféricas, mesmo que seus usuários não sejam a maioria. Há sempre um ponto de internet: lan house, escola, celular. A mensagem emitida tem uma capacidade de multiplicação maior que nas demais mídias eletrônicas e a do impresso”, comenta o jornalista político do Jornal do Commercio, Ayrton Maciel.

Na hora de escolher o candidato, o

escritor Paulo Caldas, de 66 anos, procura diversificar entre as várias formas de comunicação disponíveis. “A web se destaca pelo fato de reunir muita informação e estar sempre ao nosso alcance. Serve como critério de desempate quan-

“A web se destaca pelo fato de reunir muita informação e estar sempre ao nosso alcance. Serve como critério de desempate” - Paulo Caldas, escritor

do analisados perfis, virtudes e propósitos. Todo debate motiva discussão e dela nascem soluções e alternativas”, opina.

Se por um lado o mundo virtual abriu um leque de possibilidades, por outro, exige cautela. Os candidatos precisam usar as redes com inteligência, bom senso e educação, mesmos princípios aplicados em todos os meios. Assim como uma ideia lançada é capaz de alavancar a campanha, uma resposta mal interpretada ou afirmação infeliz pode destruí-la.

Os internautas de plantão monitoram tudo que é dito, reproduzem com rapidez e não deixam que nada seja esquecido.

A vida em cima dos palanques

ALESSANDRA NOGUEIRA

“Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em um discurso ou conversa, em gazeta ou viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua”. As belas e sábias palavras do escritor Machado de Assis se encaixam perfeitamente na descrição dos efeitos que o comício político pode causar nos espectadores: o sentimento de confiança.

A maioria dos eleitores acabava depositando na pessoa pública, após a oratória, uma certeza a tudo aquilo que é dito. Fazem dele uma pessoa iluminada, capaz de juntar, como um passe de mágica, determinada massa anônima, que ali se encontra no intuito único de escutá-lo.

A ideia de que seja um comício político seria um conjunto de pessoas reunidas em determinado local escolhido pelo parlamentar para ouvir seu discurso. A existência desse tipo de apelo publicitário acarreta uma credibilidade maior ao cidadão que espera melhoras para o seu município. Foi o caso do aposentado João de Assis, após assistir a vários comícios políticos. “Lembro muito bem e um dos comícios mais bonitos que Pernambuco já viu foi em 1986, na época da Arraes. Foi emocionante”, conta.

Após a volta do exílio, em 1979, Arraes voltou e trouxe com ele a “Era dos Comícios”. Foram cerca de 40 mil pessoas no bairro de Santo Amaro para cantar o jingle do político em sua volta ao Estado. Na época, cantores renomados compu-

nham belas canções e participavam dos comícios fazendo shows. Na ocasião, Chico Buarque entrou em cena com a música “Tô voltando”, dedicada ao ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. “Foi emocionante. Eu fiz questão de presenciar”, afirmou o jornalista Rossini Barreira.

A partir de então, após anos de repleto silêncio e repressão aos movimentos sociais, o ano de 1980 deu início à fase dos comícios e manifestações públicas. Cantores conhecidos pelo Brasil participavam abertamente dos shows antes ou após os discursos realizados pelos políticos. Alguns desses artistas eram Fafá de Belém, Milton Nascimento, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Mas, com os avanços da tecnologia e o acesso mais fácil à televisão e a outras mídias eletrônicas, os

políticos começaram a se utilizar mais da propaganda eleitoral, fazendo os comícios se tornarem “showmícios”. Desse modo, a população não tinha mais interesse em ver o discurso do parlamentar, e sim assistir ao show que estava por vir.

Em 2006, a Justiça Eleitoral pôs fim aos “showmícios” e ao uso de outdoors. “Além dos comícios, podemos também falar da grande quantidade de outdoors que eram usados com o objetivo de atrair mais eleitores. Hoje não vemos mais isso”, revela o publicitário João Barbosa. As mudanças nos meios de comunicação, consequentemente mudaram as formas dos políticos sensibilizarem a população.

“O lado bom dos comícios era ter o contato diretamente com o político. A gente olhava nos olhos dele e podia sentir

aquelas emoções passadas na hora, sejam elas boas ou ruins, mas éramos capazes de sentir. Hoje, não temos mais isso. Vemos as propagandas eleitorais dos candidatos e damos risadas, pois é notório que aquele discurso está sendo lido e, muitas vezes, sem nenhuma emoção, tornando, assim, a sensação de que é um falso discurso”, revelou o aposentado Alexandre Silva.

“No discurso político para uma massa, é importante que exista uma interação efetiva, e não uma exposição unilateral entre a pessoa que se encontra acima do palanque para os outros que se encontram abaixo dele. É importante que exista essa relação, pois assim podemos dizer que há algum tipo de comunicação”, afirma o cientista político José Maria Nóbrega.

Quem pode votar e ser votado?



EDUARDA BIONE

No dia 3 outubro de 2010, partindo dos trajes de palhaço do circo para o modelo engravado das urnas, Franciso Everaldo Oliveira da Silva, ou Tirica, como é popularmente conhecido, alcançou 1.3 milhão de votos, número que lhe garantiu, com folga, a vaga de deputado federal por São Paulo. A surpresa veio no dia seguinte após a apuração dos votos, quando o Ministério Público Eleitoral aceitou uma denúncia contra o deputado eleito. A prova técnica apresentada para comprovar que o humorista é alfabetizado não

dava certeza se ele sabia ler e escrever. Junto à denúncia, a queixa resultante da omissão de bens no registro de sua candidatura também foi anexada. Ler, escrever e declarar bem não são requisitos para se candidatar?

Em ano de eleição, é preciso estar atento. Os artigos da Constituição são diretos e determinam regras a serem seguidas por todos os pré-candidatos que desejam disputar as eleições.

A primeira condição para se candidatar é ser brasileiro nato ou naturalizado, além de exercer os direitos políticos. É preciso estar inscrito na Justiça Eleitoral

(obrigatório para maiores de 18 anos) e ser eleitor do município onde pretende ser candidato. Também é necessário estar filiado a um partido político registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A idade mínima tem como referência o cargo. Nesse caso, menores de idade podem concorrer ao cargo de vereador desde que até antes da posse tenham feito 18 anos. Ser alfabetizado é um dos principais pré-requisitos, sendo necessária a apresentação de um certificado de conclusão do primeiro grau, do ensino superior, ou de uma declaração escrita de próprio punho.

Ser parente consanguíneo ou conjugal de titular de cargo eletivo cuja área de influência administrativa coincida ou sobreponha o município está fora de cogitação.

Segundo o assessor da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco Orson Lemos, para se tornar candidato, as legendas dos postulantes têm de 10 a 30 de junho para apresentar a documentação necessária ao TSE. “Após a entrega dos documentos, o TSE expede um edital com os nomes dos candidatos”, explicou. De acordo com Lemos, caso o nome não esteja na relação, os candida-

tos têm 48 horas para se reportar ao tribunal e solicitar a modificação do edital.

E não são apenas os postulantes que obedecem regras. No Brasil, o voto é obrigatório, exceto jovens com idades entre 16 e 18 anos incompletos, pessoas com mais de 70 anos e analfabetos. Não pode participar da votação quem não se inscreveu como eleitor ou quem, por algum motivo da legislação eleitoral, teve sua inscrição cancelada. Para votar é necessário somente o título eleitoral e, em caso de perda, o eleitor pode substituí-lo por outro documento que possua foto.